



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
CURSO: DISCRIMINAÇÃO EFETIVA NO DIREITO COM ÊNFASE EM GÊNERO

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargadora Cristina Tereza Gaulia Mandato do Diretor: 05/02/2021 a 05/02/2023		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	De 21 de fevereiro a 24 de março de 2022		
DATA E HORÁRIO	De 28 de março a 26 de abril de 2022 Aulas síncronas: dias 04, 11 e 14 de abril, das 10hs às 12hs; 18 de abril, das 09hs às 12hs.		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	20 horas
MODALIDADE	EAD com tutoria Síncrona e Assíncrona	Nº DE VAGAS	50
LOCAL	Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço http://virtual.emerj.com.br/ Aulas síncronas pela Plataforma Zoom.		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Jurisdição e humanismo: imparcialidade e humanidade. Desigualdades estruturais. Marcadores de racismo, gênero e invisibilidade. Representação e participação política. A questão de gênero no Direito. Conceito de Direito masculino. Viés de gênero. Promoções para paridade. Discriminação efetiva pelo Direito. Julgamento sob perspectiva de gênero.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direitos Humanos Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Direitos Humanos, Gênero, Racismo e Diversidade; Agenda 2030 e temas de Cooperação Internacional;		

<p>JUSTIFICATIVA</p>	<p>Diante de um ordenamento jurídico próprio do Estado Democrático de Direito, onde regras estabelecem o limite para o exercício do poder político e trazem fórmulas racionalmente construídas para o processo e julgamento dos conflitos, permanece em nossa sociedade o produto da construção histórica do patriarcado e a normatização de discriminação de gênero, que permanece inalterada, ou seja, sem a necessária filtragem do estamento democrático, mesmo diante de tratados internacional e normas expressas da Constituição da República, de normas e hermenêuticas discriminatórias de gênero e raça.</p> <p>Em nossa sociedade, o patriarcado é estrutural e alcança todos as suas instâncias e setores, a produzir reflexos na elaboração e produção do Direito, seja nas leis, nas posturas doutrinárias ou nas decisões judiciais. O operador do Direito, e em especial o magistrado, deve estar atento a tal questão, de modo a evitar que sua atuação seja um elemento perpetuador dos estereótipos e das desigualdades de gênero.</p>
<p>OBJETIVO GERAL</p>	<p>Ao final da formação os magistrados estarão aptos a internalizar os conceitos de discriminação de gênero e de realizar julgamentos, em suas atividades jurisdicionais, levando em consideração as consequências estruturais e estruturantes do patriarcado na sociedade brasileira.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</p>	<p>Ao final do curso, espera-se que os(as) alunos(as) seja(m) capazes de:</p> <p>Módulo 1: Analisar criticamente os conceitos de gênero e de patriarcado;</p> <p>Módulo 2: Identificar as influências do patriarcado na sociedade e seus reflexos nas desigualdades de gênero; avaliar a influência do patriarcado na elaboração e produção do Direito;</p> <p>Módulo 3: Julgar com perspectiva de gênero.</p>
<p style="text-align: center;">DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</p>	
<p>COORDENAÇÃO E TUTORIA</p>	<p>Coordenadores e Tutores:</p> <p>André Felipe Alves da Costa Tredinnick Juiz de Direito do TJRJ. Mestre em Direito e Saúde pela FIOCRUZ/EMERJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3594482709417467</p> <p>Renata de Lima Machado Juíza de Direito do TJRJ. Mestre e Doutoranda em Direito e Saúde pela FIOCRUZ/EMERJ. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9655660723765838</p>
<p>DOCENTES AULAS SÍNCRONAS</p>	<p>Adriana Ramos de Melo Juíza Titular do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - TJRJ. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2005), Mestrado em Criminologia pela Universidade de Barcelona, Espanha (2011) e Doutorado em Direito Público e Filosofia Juridicopolítica pela Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2015), revalidado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-2021). Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro; Professora e conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro; Presidente do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia</p>

NUPEGRE, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora da Pós-Graduação *latu sensu* Gênero e Direito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professora do Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural (DIHS), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Formadora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Integrante do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito. PPGPD/Enfam- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2428825343258859>

Ana Paula de Oliveira Sciammarella

Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora e mestre pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ/UFF). Integra os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisa em Lutas Sociais (NELUTAS/UNIRIO) e o Núcleo de Pesquisa em Sociologia do Direito (NSD/UFF). Integra, ainda, o Laboratório de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (LEGS/UNIRIO). Possui interesse e experiência nas áreas de Direitos Humanos, sociologia do direito, com ênfase na sociologia das profissões jurídicas, práticas das instituições judiciais e políticas públicas judiciárias. Desenvolve pesquisas com foco nas questões que relacionam gênero, poder judiciário, acesso à justiça e administração de conflitos. Foi coordenadora de disciplina e conteudista do curso à distância de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da CEDERJ/ UFF. Atualmente coordena o Núcleo de Prática Jurídica da UNIRIO.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7145051432737379>

Fabiana Cristina Severi

Professora do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Mestrado da mesma instituição. Livre Docente em Direitos Humanos pela FDRP-USP (2017). Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2010). É responsável pelas disciplinas de Direito e relações de gênero, Teoria Geral do Estado, Direitos Humanos e Direito Constitucional. Realiza atividades de pesquisa e de extensão ligadas aos temas: Crítica jurídica feminista, acesso à justiça para mulheres e Teorias Democráticas. Líder do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Desigualdades da USP. Participante do Consórcio Lei Maria da Penha pelo fim da violência contra as mulheres baseada em gênero. Participou do Programa Sabático 2021-2022 do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6045031763154780>

Katylene Collyer Pires de Figueiredo

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em Mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ/RJ. Possui graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (2003). Já foi professora auxiliar na da Fundação Educacional Serra dos Órgãos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil. Concluiu o curso de preparação da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) no final de 2006.

<http://lattes.cnpq.br/9906822824575773>

	<p>Lívia de Meira Lima Paiva Doutora e Mestre em Direito na linha de pesquisa Direitos Humanos, Sociedade e Arte, ambos na UFRJ (PPGD/UFRJ) com período de pesquisa doutoral no Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM/México. Professora efetiva 40h DE do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Membro do Fórum Permanente de Direitos Humanos da EMERJ e pesquisadora do NUPEGRE (Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia) na mesma instituição. Foi professora substituta na Faculdade Federal do Rio de Janeiro nas disciplinas Direitos Humanos, Teoria do Direito e Filosofia do Direito (2016 a 2017). Docente na especialização de Direito e Gênero da EMERJ (2016 a 2017). Possui curso de extensão na Université Paris VIII (2011) em cultura e organizações internacionais e Université Paris-Dauphine (2011) em literatura francesa. Desenvolve pesquisa nas áreas de direitos humanos, teoria do direito, políticas culturais e direito penal, violência de gênero e violência doméstica. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4716722070873545</p> <p>Patrícia Maeda Juíza do Trabalho Substituta no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (2009-atual). Doutora em Direito do Trabalho (05/2020), mestra em Direito do Trabalho (05/2016) e graduada em Direito (1998) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Ex-Auditara Fiscal do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego (1999-2009). Ex-bolsista (2014/2015) do Programme des futurs leaders dans les Amériques (PFLA), sob a co-orientação do Professor Titular Angelo Soares, da Université du Québec à Montréal (UQAM). Integrante do Grupo de Pesquisas Trabalho e Capital - GPTC/USP e da Equipe de Estudos Direito do Trabalho e História - EDITH/USP, ambos sob a coordenação do Professor Associado Jorge Luiz Souto Maior. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Democracia e Desigualdades da USP, sob coordenação da Professora Fabiana Severi. Presidente da Comissão de 1º Grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual do TRT15 (2021). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Escola Judicial do TRT15 (2021). Colaboradora no Grupo de Trabalho para desenvolvimento de Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero no Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2021). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1073382663923852</p>
<p>DOCENTES CONTEUDISTAS</p>	<p>Adriana Alves dos Santos Cruz Juíza Federal do TRF-2. Doutora em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2018), mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2010) e graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1993). Especialista em Direito Processual Civil (1998) pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual. Pesquisa a criminalidade econômica e sua relação com a democracia, crimes no ambiente político-partidário, compliance e questões raciais. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/1934361646938191</p>

	<p>Caetano Ernesto da Fonseca Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Doutorando em Cidadania e Direitos Humanos: Ética e Política pela Universidade de Barcelona. Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro. Mestre em Cidadania e Direitos Humanos: Ética e Política pela Universidade de Barcelona. Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Direito Civil. Graduado pela Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Conferencista do Curso de Altos Estudos em Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (ESG). Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ Biênio 2015/2016. Diretor do Centro de Estudos e Pesquisas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - CEDES. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/3735957394845031</p> <p>Maysa Carvalhal Dos Reis Novais Advogada. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro da Comissão de Segurança Pública OAB/RJ (triênio 2019-2021). Autora do livro "Justiça Restaurativa em crimes de violência doméstica: por uma práxis decolonial a partir do feminismo não-carcerário. Experiência na área de Direito, especificamente em assessoria jurídica, advocacia criminal e cível. Tem interesse em pesquisas sobre Direito Penal, Política Criminal, Teoria crítica do Direito, Criminologia Crítica, Direitos Humanos, Marxismo e Gênero. Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/0991330547949184</p> <p>Roberta Duboc Pedrinha Professora Adjunta de Criminologia e Direito Penal da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Credenciada no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional. Advogada. Pós-Doutoranda em Criminologia e Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ, 2021). Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ, 2014). Doutoranda em Direito Penal pela Universidade de Buenos Aires - Argentina (UBA-Argentina, 2009). Mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes (UCAM, 2002). Pós-Graduada em Criminologia pela Universidad de La Habana - Cuba (UH-Cuba, 1999). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, 1998). Pesquisadora e Professora Convidada de Criminologia e Direito Penal das Pós-Graduações em Direito e Saúde, em Direitos Humanos e Gênero; em Direitos Humanos e Sexualidade; e em Saúde e Raça; nos Mestrados Acadêmico e Profissional; e no Doutorado em Direito e Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/6361954941964429</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>Considerando o caráter participativo do curso, serão utilizados o método de estudo de casos, debates, aulas expositivas e a sala de aula invertida, combinando-se tais estratégias segundo o indicado para cada uma das aulas, e considerado o seguinte:</p> <p>a) Os debates visarão à construção dos conceitos e a identificação de exemplos paradigmáticos e serão realizados em pequenos grupos ou com a turma toda, a partir de textos ou de situações concretas trazidas pelos docentes; deverão seguir as regras acordadas entre os tutores e alunos(as) na primeira aula do curso e privilegiarão a oposição</p>

	<p>e convergência de ideias entre alunos(as), a diversidade de participações, a experiência (profissional e pessoal) prévia e a leitura dos textos.</p> <p>b) Método de caso. Os casos concretos serão apresentados nas aulas em que esta metodologia for prevista, sendo objeto de debates em pequenos grupos ou pela turma inteira.</p> <p>c) Aulas expositivas síncronas: exposição do conteúdo pelos docentes, seguida de discussão e dúvidas;</p> <p>d) Sala de aula invertida: Para as aulas em que previsto este método, os alunos deverão ler obrigatoriamente o material previamente disponibilizado para posterior discussão, dúvidas e conclusões no Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p>
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período: de 28/03 e 29/03	Vídeo de apresentação do curso; Programação; Manual do aluno; Navegando pela Plataforma, Fórum de apresentação dos tutores e alunos.
Módulo 1 Período: 30/03 a 05/04 Carga horária: 06 horas Encontro síncrono: 04 de abril de 2022, das 10h às 12hs	<p>TEMA: Panorama das promessas do Direito quanto à igualdade de gênero.</p> <p>Ementa: Jurisdição e humanismo: Imparcialidade e humanidade; Desigualdades estruturais; Marcadores de Racismo, Gênero e Invisibilidade. A mulher na sociedade patriarcal. Representação e Participação das Mulheres na Política e no Judiciário</p> <p>Vídeo aula 01 Tema: Jurisdição e humanismo. Conteúdo programático: Imparcialidade e humanidade; Desigualdades estruturais; Marcadores de Racismo, Gênero e Invisibilidade. Docente: Des. Caetano Ernesto da Fonseca</p> <p>Vídeo aula 02 - partes 1 e 2 Tema: Mulher, gênero e patriarcado. Conteúdo programático: Conceitos de mulher, gênero e patriarcado e o processo histórico do patriarcado na sociedade ocidental. Controle social sobre a sexualidade da mulher na cultura patriarcal. Docente: Roberta Duboc Pedrinha</p> <p>Encontro síncrono: 04 de abril de 2022, das 10h às 12hs 1ª Parte - das 10hs às 11hs: Produção e reprodução do patriarcado nos diversos ramos do conhecimento e nas artes. Docentes: Katylene Collyer Pires de Figueiredo Conteúdo programático: Sensibilização pelas artes acerca do caráter estrutural do patriarcado no organismo social. 2ª parte - das 11hs às 12hs: Representação e Participação das Mulheres na Política e no Poder Judiciário Conteúdo programático: Participação das mulheres nos órgãos de maior poder. Docente: Ana Paula de Oliveira Sciammarella</p> <p>Tutor(es) do módulo: André Tredinnick e Renata de Lima Machado</p>

	<p>Avaliação de aprendizagem: Mural virtual; presença e participação no Encontro síncrono, Fórum de Discussão Formativa.</p> <p>Leitura obrigatória: MOREIRA, Adilson José. Tratado de Direito Antidiscriminatório. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. Introdução, p. 28-47. FRAGALE FILHO; Roberto; MOREIRA, Rafaela Selem e SCIAMMARELLA, Ana Paula. GONZALEZ, Lélia. Um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos; org. Flavia Rios, Marcia Lima – 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro; e-cadernos ces 24 2015 : As mulheres nas profissões jurídicas: experiências e representações; https://journals.openedition.org/eces/1968; https://doi.org/10.4000/eces.1968, acesso em 27 de janeiro de 2022</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento: PEDRINHA, Roberta Duboc. Sexualidade, controle social e práticas punitivas: do signo sacro religioso ao modelo científico médico higienista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. PISCITELLI, A. Recriando a “categoria” Mulher. In: Algranit, L. (orgs). A pratica feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos, 48, Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42 DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. [Trad. Heci Regina Candiani]. SP: Boitempo, 2016. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. Ed. Leya. p. 1-25</p>
<p>Módulo 2 Período: 06 a 12/04</p> <p>Carga horária: 05 horas</p> <p>Encontro síncrono: 11 de abril de 2022, das 10h às 12hs</p>	<p>TEMA: O PAPEL DO DIREITO NA REPRODUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS DE GÊNERO: DIREITO PARA OS 99% Ementa: A questão de gênero no Direito. Soberania patriarcal no Direito. Controle social punitivo das mulheres pelo sistema de Justiça.</p> <p>Vídeo aula: Tema: A questão de gênero no Direito. Soberania patriarcal no Direito – parte 1 e parte 2 Conteúdo programático: Apresentação do debate estrutural das relações de gênero refletidas na forma jurídica. Docente: Maysa Carvalhal Dos Reis Novais</p> <p>Encontro síncrono: 11 de abril de 2022, das 10h às 12hs Tema: Controle social punitivo das mulheres pelo sistema de justiça. Da mulher vítima à mulher algoz. Conteúdo programático: Análise de um processo judicial (estudo de caso concreto) em formato de Oficina. Docentes: André Felipe da Costa Tredinnick e Renata de Lima Machado</p> <p>Material complementar: Filme com tema sobre Patriarcado e vida das mulheres. A norma jurídica e a violência. Podcast com tema sobre Patriarcado e vida das mulheres. A norma jurídica e a violência.</p>

	<p>Avaliação de aprendizagem: Fórum de Discussão Formativa a partir dos materiais do podcast e do filme. Participação em encontro síncrono.</p> <p>Tutor(es) do módulo: André Tredinnick</p> <p>Leitura obrigatória: SAFFIOTI, Heleith. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão popular, 2015. ANDRADE, Vera Regina de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. RBCCRIM, mai/jun, 2004. SABADELL, Ana Lúcia. Violência contra a mulher e o processo de juridificação do feminicídio. Reações e relações patriarcais no Direito Brasileiro. EMERJ, v. 19, mai/jun/2016.</p> <p>Leitura complementar de aprofundamento (opcional): a definir NOVAIS, Maysa Carvalhal dos Reis. Justiça restaurativa em crimes de violência doméstica: por uma práxis decolonial a partir do feminismo não-carcerário. Belo Horizonte: Dialética, 2020.</p>
<p>Módulo 3 Período: 13 a 19/04 Carga horária: 07 horas</p> <p>Encontros síncronos: dia 14 de abril das 10h às 12hs e dia 18 de abril das 09h às 12hs.</p>	<p>TEMA: JULGAMENTO SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO Ementa: Julgamento sob a Perspectiva de Gênero. As teorias feministas do direito. Protocolo para julgamento sob a perspectiva de gênero.</p> <p>Vídeo aulas 01: Tema: As teorias feministas do direito Conteúdo programático: Teorias feministas do direito como respostas ao caráter masculino do Direito. Docente: Lívía de Meira Lima Paiva</p> <p>Vídeo aula 02: Tema: Protocolo para julgamento sob a perspectiva de gênero – Conteúdo programático: O Protocolo para julgamento sob perspectiva de gênero proposto pelo CNJ. Como julgar com perspectiva de gênero. Docente: Adriana Alves dos Santos Cruz</p> <p>Encontro síncrono: dia 14 de abril, das 10h às 12hs Conteúdo programático: Oficina de reescrita de decisões judiciais sob a perspectiva feminista. Docentes: Fabiana Severi e Patrícia Maeda</p> <p>Encontro síncrono: dia 18 de abril, das 09h às 12h. 09 às 11h - Tema: O futuro da sociedade e do Direito a partir do julgamento com perspectiva de gênero. Conteúdo programático: Possibilidades diante do julgamento sob perspectiva de gênero. Docente: Adriana Ramos de Mello</p> <p>11h às 12h – Avaliação final do curso.</p>

	<p>Docentes: Renata de Lima Machado e André Felipe da Costa Tredinnick</p> <p>Avaliação de aprendizagem: WIKI, presença e participação em oficina de encontro síncrono, Fórum de Discussão Formativa.</p> <p>Tutor(es) do módulo: Renata de Lima Machado</p> <p>Leitura obrigatória: SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. Lição 11, p. 223-248. BIANCHINI, Alice e PIMENTEL, Sílvia. Feminismo(s). São Paulo: Matrioska Editora, 2021, p. 200-231.</p> <p>Material complementar de aprofundamento: Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero 2021, Conselho Nacional de Justiça. — Brasília : Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 132 páginas). Disponível em: http://www.cnj.jus.br e www.enfam.jus.br eISBN nº 978-65-88022-06-1; https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf, Acesso em 27 de janeiro de 2022. Podcast: Praia dos Ossos. Episódio 2: “O julgamento” – 64 minutos; disponível em https://www.youtube.com/watch?v=V_m2GRKwtql, acesso em 31 de agosto de 2021; Podcast: Praia dos Ossos. Episódio 4: “Três crimes” – 52 minutos, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=MO9RWC77V2I, acesso em 31 de agosto de 2021. BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.</p>
<p>Módulo de Avaliação final Período: 20 a 26/04</p> <p>Carga horária: 02 horas</p>	<p><i>Reaction paper</i> sobre o tema de um dos módulos do curso (à escolha) Registro Reflexivo Avaliação de Reação Avaliação das Vídeo aulas e Encontros síncronos</p>
<p>AValiação (Total 100 pontos)</p>	<p>Fórum de discussão formativa I: 15 pontos Fórum de discussão formativa II: 15 pontos Fórum de discussão formativa III: 15 pontos Mural virtual: 10 pontos WIKI: 10 pontos Encontro síncrono módulo 1: 05 pontos Encontro síncrono módulo 2: 05 pontos</p>

	<p>Encontro síncrono módulo 3 – dia 14/04: 05 pontos</p> <p>Reaction paper: 20 pontos</p>
CERTIFICAÇÃO	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

- METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
- AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os alunos receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos alunos e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos alunos de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
- ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS ALUNOS:** Os alunos deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
- AValiação.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao

longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br